



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil em
22/11/2002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012. (Em R\$ mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., sociedade de economia mista, de capital fechado, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 30 de Junho de 2013 e 2012 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência mensal, exceto as operações de crédito vencidas a partir de sessenta dias;
- b) A forma de tributação base para constituição da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é a do Lucro Real Anual sem opção por incentivos fiscais, conforme a legislação em vigor;
- c) Os direitos e obrigações da empresa estão classificados no ativo e passivo circulante e não - circulante, em conformidade aos



estabelecidos nos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76 e Lei 11.638/2007 suas alterações;

- d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis;
- e) As “Operações de Crédito” encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações;
- f) A “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução n.º 2.682/1999;
- g) O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, que é calculada pelo método linear. A seguir apresentamos a composição do ativo imobilizado por conta e suas respectivas taxas anuais de depreciação e amortização (nota 4.3), **(EM R\$ MIL)**;
- h) Caixa e equivalente de caixa – são representados pelas disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores são:

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.353	2.131
Disponibilidades	53	22
Títulos e Valores Mobiliários		
Cotas de Fundo de Investimento	2.300	2.109

4 ATIVO

4.1 – Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Prazos	30/06/2013		30/06/2012	
		Saldo Aplicação	Receitas	Saldo Aplicação	Receitas
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	07/09/2014	203	8	236	11
LFT – Letras Financeiras do Tesouro – Vinculado	07/09/2013	17.354	297	-	-
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	2.300	95	2.109	131
Total		19.857	400	2.345	142



O valor de R\$ 203 MIL registrados em Letras Financeiras do Tesouro corresponde a 36 títulos, com vencimento em 07 de setembro de 2014. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais. O resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

O valor de R\$ 17.354 MIL registrados em Letras Financeiras do Tesouro – vinculados ao Banco Central do Brasil corresponde a 3.078 títulos, com vencimento em 07 de setembro de 2013 referente ao Aumento de Capital. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais. O resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 2.300 MIL em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 3,40% correspondente a 99,12% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.



a) Composição por atividade econômica:

	30/06/2013			30/06/2012		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor Privado						
Comércio/Serviços	2.809	2.102	4.911	3.358	3.511	6.869
Indústria	-	-	-	238	87	325
Infra-Estrutura	-	-	-	57	96	153
Agronegócio	1.748	465	2.213	889	183	1.072
Pessoa Física	254	111	365	244	106	350
Total	4.811	2.678	7.489	4.786	3.983	8.769

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2013		30/06/2012	
		Valor	%	Valor	%
A	Até 14 dias	3.023	40	3.275	37
B	15 e 30 dias	2.098	28	2.421	28
C	31 e 60 dias	1.069	14	1.109	13
D	61 e 90 dias	135	2	159	2
E	91 e 120 dias	357	5	45	1
F	121 e 150 dias	1	0	26	0
G	151 e 180 dias	48	1	82	1
H	Acima de 180 dias	758	10	1.652	19
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		7.489	100	8.769	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	30/06/2013		30/06/2012	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
A	3.020	3	3.258	18
B	2.071	27	2.362	59
C	1.063	6	1.064	44
D	106	30	151	8
E	225	132	38	7
F	-	2	23	3
G	9	39	51	31
H	373	384	1.135	517
TOTAL	6.867	623	8.082	687

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2013		30/06/2012	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
A	0,5	3.023	15	3.275	16
B	1	2.098	21	2.421	24
C	3	1.069	32	1.109	34
D	10	135	14	159	16



E	30	357	107	45	14
F	50	1	-	26	13
G	70	48	34	82	57
H	100	758	758	1.652	1.652
TOTAL		7.489	981	8.769	1.826

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	30/06/2013	30/06/2012
Saldo no Início do Período	1.826	1.995
Constituição da Provisão	492	189
Créditos Baixados como Prejuízo	727	237
Reversão de Provisão	610	121
Saldo no Fim do Período	981	1.826

f) Créditos renegociados

	30/06/2013	30/06/2012
Renegociação	372	148

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados

	30/06/2013	30/06/2012
Saldo no Início do Período	1.031	827
Créditos baixados como prejuízo	727	237
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	89	33
Saldo no Fim do Período	1.669	1.031

4.3 Não Circulante (exceto Operações de Crédito)

R\$ Mil

Descrição	30/06/2013	30/06/2012	Depreciação	Amortização
Outros Investimentos	1	1		
Sub-Total Investimento	1	1		
Móveis e Equipamentos de Uso	304	302	10%	-
Sistema de Comunicação	43	43	10%	-
Sistema de Processamento de Dados	436	436	20%	-
Sistema de Segurança	1	1	20%	-
Sistema de Transporte	88	170	20%	-
(-) Depreciação/Amortização	(700)	(725)	-	-
Sub-Total Imobilizado	172	228	-	-
Diferido gastos em imóveis de terceiros	125	125	-	-
(-) Amortização	(125)	(125)		
Sub-Total Diferido	-	-		
Intangível – Software	117	117		20%
(-) Amortização	(117)	(116)		
Sub- Total Intangível	-	1		
Total Permanente	172	230		



5 PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSE

Referem – se a obtenção de recursos para financiamentos nos diversos ramos de atividade econômica oriundos de órgãos Governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim distribuídos:

Operações com Recurso BNDES

Descrição BNDES	30/06/2013			30/06/2012		
Taxa Média – 5%a.a						
Prazo Médio – 5 anos						
Recurso do BNDES	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
BNDES – FINAME Comércio e Serviço	37	75	112	37	108	145
BNDES – FINAME Comércio e Serviço – Ônibus e Caminhão	71	255	326	178	494	672
Total	108	330	438	215	602	817

As operações concedidas com recursos do BNDES são praticadas as taxas mínimas de 2,5% a 7%a.a no prazo máximo de 7 (sete) anos incluindo a carência.

6 PATRIMONIO LIQUIDO

6.1 Patrimônio Líquido

- a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito é R\$ 26.823 e integralizado é de 26.755 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.
- b) **Aumento de capital:**
Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19/02/2013, deliberou-se aumentar o capital social da Agência de Fomento no montante de R\$ 17.140 milhões, através de Aporte de Capital. O aumento foi realizado parcialmente pelos acionistas Estado do Tocantins, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins – FECOMÉRCIO e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET, homologado em 22/03/2013 na Assembleia Geral Extraordinária, aprovado pelo Banco central do Brasil 07/05/2013 e autenticado na JUCETINS em 24/06/2013.



ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	9.624.795	17.037.394	17.037.394
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	9.683	17.140	-
FIETO	O.N.	0,1	6.000	9.683	17.140	-
FAET	O.N.	0,1	6.000	9.683	17.140	17.140
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	9.683	17.140	17.140
FACIET	O.N.	0,1	6.000	9.683	17.140	-
SICON	O.N.	0,1	6.000	9.683	17.140	-
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	9.682.892	17.140.234	17.071.674

7 RECEITAS

A composição das receitas do exercício pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS	30/06/2013	30/06/2012	Variação	
			R\$	%
Rendas de Operações de Crédito	664	807	-143	-18
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	400	142	258	182
Rendas de Prestação de Serviços	7	6	1	17
Outras Receitas Operacionais	541	159	382	240
RECEITAS TOTAIS	1.612	1.114	498	45

Outras Receitas operacionais são constituídas de: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, Reversão de Provisões de Operações de Créditos e Recuperação de Outras Despesas e Outras Reversões.

8 DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

DESPESAS	30/06/2013	30/06/2012	Variação	
			R\$	%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	314	189	125	66
Pessoal e Honorários	437	226	211	93
Outras despesas administrativas	584	511	73	14
Tributárias	53	47	6	13
Outras despesas operacionais	13	8	5	63
IRPJ e CSLL	12	12	-	-
DESPESAS TOTAIS	1.413	992	421	42



9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstrativo do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	30/06/2013	30/06/2012
Resultado Líquido Acumulado	210	134
LUCRO REAL ANUAL		
Adições	316	195
Exclusões	(710)	(292)
Resultado líquido Ajustado	(184)	37
Compensação prejuízo exercícios anteriores	(55)	(11)
Base de Cálculo	(129)	26
Imposto de Renda - 15%	6	6
Cálculo da CSLL - 15%	5	6
TOTAL DA DESPESA	11	12

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e 9% para as demais empresas. A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro foi determinada pela Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008), sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.

10 RESULTADO DO PERIODO

No 1º semestre as receitas totalizaram R\$ 1.612 mil, apresentando um aumento de 45% sobre o semestre anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 1.413 mil também com um aumento de 42% em comparação com o semestre anterior.

	30/06/2013	30/06/2012
Resultado do Exercício	199	122

11 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2013, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 1.024 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 12.996 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.



12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

13 SEGUROS

A Agência tem como política manter a cobertura de seguros dos seus principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos em seguradora idônea.

14 RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 21 funcionários celetistas incluindo a Diretoria Executiva e 4 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

15 CONTINGÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALHISTAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são reconhecidos contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis na são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

De acordo com opinião dos assessores jurídicos, não existem processos classificados dentro dos critérios com risco Provável ou Possível, não existindo provisão e nem divulgação.



17 ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL E DE MERCADO

A Agência de Fomento, atendendo às determinações do Banco Central do Brasil bem como visando aprimorar seus controles internos, instituiu uma estrutura unificada para gerenciar os riscos operacionais, de mercado e de crédito, aos quais a Instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Agência. O Conselho de Administração da Instituição aprovou as Políticas de Gestão de Riscos, sendo que a estrutura de governança corporativa dessa área e demais informações quanto ao gerenciamento dos riscos encontram-se descritas em relatórios, disponíveis ao acesso público na sede da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas, 26 de Julho de 2013.

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Contador CRC – TO 003075/O
CPF 714.122.801-25